

GAZETA MERCANTIL

20 MAI 1988

Uma ofensiva do governo no Senado

por Zanoni Antunes
de Brasília

Um telex expedido ontem ao presidente do Banco Central (BC), Elmo Camões, para que esclareça a iminente suspensão da liquidação extrajudicial do grupo Delfin, marcou o início do funcionamento do mais poderoso órgão de fiscalização do Poder Legislativo: a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, presidida pelo senador Carlos Chiarelli, também relator da CPI da Corrupção, foco constante de atritos com o Poder Executivo.

A mensagem enviada ontem ao BC também foi assinada pelo presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, deputado Fernando Gasparian. Nela, os dois signatários afirmam que as informações solicitadas devem ser prestadas "com a celeridade e a exatidão que a função pública requer". O início dos trabalhos da Comissão de Fiscalização do Senado, com amplos poderes para avaliar e investigar os atos do Executivo, contudo, já começa a preocupar o governo.

Disposto a não permitir,



Carlos Chiarelli

conforme afirmou, que a nova comissão venha a se transformar numa sucursal da CPI da Corrupção, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, hoje colocado na posição de intransigente defensor do governo Sarney, começou a preparar a substituição do senador Carlos Chiarelli à frente da comissão.

Gadelha anunciava ontem à noite a destituição de todos os pefelistas (quatro) titulares da comissão de Fiscalização e Controle. Além de Chiarelli, a mu-

dança atingiria ainda os senadores Afonso Arinos, Guilherme Palmeira e José Agripino. O líder pefelista, afirmando dever de lealdade com seus liderados, aguardava a resposta de um convite feito a José Agripino para que aceitasse substituir Chiarelli na presidência.

Essa proposta, no entanto, tende a ser pouco eficaz, uma vez que a presidência da Comissão pertence ao PMDB, partido majoritário no Congresso. A presidência da comissão só foi oferecida a Chiarelli por uma hábil manobra política do líder pemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso. A indicação de Chiarelli foi uma resposta política à sua destituição da liderança do PFL no Senado, por causa de sua atuação na CPI da Corrupção. Se vier a ser destituído, o PMDB é quem vai indicar o seu sucessor.

Marcondes Gadelha reconhece a importância política da Comissão de Fiscalização e Controle (é a maior do Congresso em importância e número de participantes: dezessete). "Ela vale mais do que dez CPIS juntas", compara. A

preocupação do líder governista tem procedência. Nove entre os dezessete senadores que a integram voltaram pelo mantado de quatro anos para os futuros presidentes da República, na histórica sessão de 22 de abril último.

"São todos de oposição. Todo mundo contra o governo", argumentou o se-

acrescentou: "Até no Tribunal de Nuremberg foi dado o direito de defesa".

Para exercer esse direito, o líder Marcondes Gadelha pretende substituir os opositoristas do seu partido por senadores que, habitualmente, fazem a defesa do presidente José Sarney: Alexandre Costa, João Lobo, Divaldo Suruagy e Odacyr Soares. Caso o senador Marcondes Gadelha substitua apenas o senador Carlos Chiarelli, mais três senadores que apoiam o governo viriam a fazer parte da Comissão. E que o líder do PFL no Senado conta com certa a renúncia dos senadores Afonso Arinos, José Agripino e Guilherme Palmeira em solidariedade a Chiarelli. Os três senadores são: Edison Lobão, Lourival Baptista e João Menezes.

O senador Carlos Chiarelli, por sua vez, coloca-se numa posição de desafio: "Ele (Marcondes Gadelha) não tem competência, coragem e amparo regimental para me destituir". Carlos Chiarelli diz ainda que a tentativa de destituir-lo da Comissão "é mais uma prova que ele (Gadelha) não lidera a bancada".

atue o governo não aceita é ficar a zero" e